



2019/2028(BUD)

7.10.2019

PARECER

da Comissão do Desenvolvimento Regional

dirigido à Comissão dos Orçamentos

sobre o projeto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2020
(2019/2028(BUD))

Relator de parecer: Younous Omarjee

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Desenvolvimento Regional insta a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Lembra que a coesão é um dos objetivos da União estabelecidos no artigo 3.º do Tratado da União Europeia, é definida no artigo 174.º do TFUE e é uma competência partilhada da União e dos Estados-Membros; sublinha que a política de coesão é uma das mais importantes políticas da União e a sua principal política de investimento público, com um orçamento de 351,8 mil milhões de euros no QFP 2014-2020, ou seja, um terço do QFP, que deve continuar a sê-lo no próximo QFP, sem novos cortes, e que as novas iniciativas da União devem ser acompanhadas de novos recursos financeiros adequados e submetidas à codecisão;
2. Salienta que a política de coesão se baseia numa política de solidariedade, perseguindo o seu objetivo enunciado no Tratado de promover e apoiar o desenvolvimento harmonioso do conjunto dos Estados-Membros e das regiões, fomenta a cooperação inter-regional e visa reduzir as disparidades económicas, sociais e territoriais entre as regiões da União e no seu interior, bem como assegurar que nenhuma região fique para trás, tendo em conta os desafios demográficos; considera que esta política contribui para o crescimento e o emprego em toda a União, bem como para a realização dos seus principais objetivos e prioridades, incluindo as suas metas em matéria de clima e de energia, bem como o crescimento económico inteligente, sustentável e inclusivo; observa que a adicionalidade pode contribuir para uma utilização equilibrada dos fundos estruturais em combinação com todas as fontes disponíveis, incluindo instrumentos financeiros;
3. Verifica com satisfação que já não há necessidades de pagamento para o período 2007-2013, que a melhoria da execução dos pagamentos e o aumento da taxa de seleção de projetos avançam a velocidade de cruzeiro e que o ritmo da seleção de projetos no terreno finalmente atingiu e ultrapassou os níveis do período de programação anterior, situando-se nos 83 % em setembro de 2019; observa, contudo, grandes disparidades entre os Estados-Membros em relação a esta taxa e insta a Comissão a continuar a prestar assistência aos Estados-Membros que registam atrasos, a fim de melhorar os respetivos resultados;
4. Regista que as dotações de autorização aumentaram 2,5 % na subcategoria 1b no projeto de orçamento da UE para 2020 em comparação com o orçamento de 2019, enquanto as dotações de pagamento, no seu conjunto, aumentaram 6,4 %;
5. Solicita ao Conselho e à Comissão que retirem ensinamentos deste período de programação e evitem novas crises e futuros atrasos dos pagamentos; chama a atenção para o facto de o início tardio dos programas e da execução ter conduzido à acumulação de pedidos de pagamento;
6. Salienta que as regiões ultraperiféricas a que se refere o artigo 349.º do TFUE beneficiam de medidas específicas, nomeadamente no âmbito da política de coesão, no que se refere às condições de acesso aos fundos, necessários e essenciais para promover

o seu desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo em conta a sua situação económica e social, o forte impacto estrutural do seu isolamento geográfico, bem como a sua particular exposição aos efeitos das alterações climáticas;

7. Recorda que a política de coesão é um dos instrumentos mais importantes no âmbito das prioridades delineadas no projeto de orçamento da Comissão para 2020; sublinha o retorno do investimento da política de coesão, uma vez que cada euro investido produz um resultado de 2,74 EUR em crescimento e criação de emprego;
8. Reitera que, para alcançar os objetivos da política de coesão, as autoridades regionais, locais, urbanas e outras devem trabalhar em conjunto e estabelecer um diálogo com as organizações da sociedade civil, incluindo universidades, organizações ambientais e grupos que representem a diversidade étnica, religiosa ou ligada à idade, à deficiência, à orientação sexual ou à identidade de género;
9. Recorda que a política de coesão é um instrumento útil para apoiar o acolhimento e a integração dos migrantes e insiste em que o orçamento da UE para 2020 deve contribuir para enfrentar os desafios relacionados com a migração, num espírito de solidariedade;
10. Solicita um exercício de reprogramação da Iniciativa para o Emprego dos Jovens, na sequência do acordo no âmbito do processo orçamental de 2019, a fim de aumentar significativamente o nível das dotações de autorização; insiste no financiamento de medidas específicas destinadas a limitar o êxodo de jovens das regiões menos desenvolvidas;
11. Manifesta a sua preocupação com as consequências de um eventual Brexit sem acordo e, em especial, com as possíveis repercussões negativas na política de coesão e nas regiões transfronteiriças; salienta a importância das negociações sobre o próximo QFP e solicita, nesse contexto, que os efeitos orçamentais do Brexit na política de coesão sejam tão limitados quanto possível;
12. Reitera a importância de reforçar a capacidade administrativa das autoridades locais e regionais, que constitui um elemento fundamental para a correta preparação e execução dos projetos no terreno;
13. Observa que o exercício orçamental de 2020 é o último do atual QFP e salienta, por conseguinte, a importância da preparação para o novo período financeiro, bem como de uma adaptação harmoniosa ao mesmo;
14. Manifesta a sua preocupação com a possibilidade de não ser alcançado o objetivo de dedicar às despesas relacionadas com o clima 20 % do orçamento da UE no QFP 2014-2020 e insta a Comissão a aumentar de forma significativa a percentagem dessas despesas para 2020; insta os Estados-Membros e as regiões a terem devidamente em conta o importante contributo da política de coesão para o investimento na proteção do clima e para a consecução do objetivo da União em matéria de despesas relacionadas com o clima, insistindo simultaneamente na necessidade de colmatar o défice orçamental em matéria de clima de 3,5 milhões de EUR e de evitar gastar dinheiro público em combustíveis fósseis, a fim de centrar mais a atenção no combate às alterações climáticas a fim de respeitar o Acordo de Paris;

15. Considera que deve ser prestado um apoio suficiente às ações com uma incidência especial nos aspetos da saúde e do ambiente, que podem também decorrer de requisitos relacionados com a transição energética, como o desmantelamento de centrais nucleares; salienta a necessidade de descarbonizar as 41 regiões dependentes do carvão mediante a requalificação e a melhoria das competências dos trabalhadores do setor e assegurar uma transição justa para uma economia sustentável através do estabelecimento de um Fundo para a Transição Justa que permita prever recursos suficientes no orçamento, a fim de assegurar uma transição justa e equitativa para uma economia sem carbono até 2050;
16. Observa que, no que toca às transferências para o Mecanismo Interligar a Europa, 2020 será o segundo ano em que pode ser solicitada uma nova parcela de pré-financiamento para as ações iniciadas em 2014, 2015 ou 2016 e o último ano para a reafetação dos recursos não utilizados;
17. Salienta que a política de coesão não deve ser objeto de qualquer transferência que possa comprometer a capacidade dos fundos estruturais e de investimento para atingirem os seus objetivos;
18. Assinala que o financiamento do Programa de Apoio às Reformas Estruturais será efetuado através da margem global relativa às autorizações; adverte para o facto de os aumentos do financiamento não deverem ser efetuados em detrimento da política de coesão; recorda que as novas iniciativas da União devem ser financiadas com novos recursos adicionais e não em detrimento das políticas de longa data da União; observa que a política de coesão e a governação económica podem ter objetivos diferentes e que as reformas devem ter em devida consideração os impactos territoriais;
19. Lamenta a diminuição das dotações para o Fundo de Coesão em comparação com o anterior período de programação e regista os riscos de aumento das disparidades de desenvolvimento no que toca às infraestruturas de base, em particular as infraestruturas de transportes; apela a uma maior flexibilidade dos mecanismos orçamentais por forma a garantir a reafetação necessária para cobrir investimentos adicionais em infraestruturas de base, designadamente a infraestrutura da RTE-T, como principal motor da inclusão económica, social e territorial ao nível da UE, nos Estados-Membros com disparidades óbvias de desenvolvimento;
20. Solicita à Comissão e aos Estados-Membros que garantam uma utilização transparente, justa e responsável dos recursos da União.

**INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO
NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER**

Data de aprovação	2.10.2019
Resultado da votação final	+: 38 -: 0 0: 1
Deputados presentes no momento da votação final	Mathilde Androuët, Pascal Arimont, Adrian-Dragoş Benea, Isabel Benjumea Benjumea, Tom Berendsen, Stéphane Bijoux, Franc Bogovič, Andrea Cozzolino, Corina Creţu, Rosa D'Amato, Tamás Deutsch, Francesca Donato, Jill Evans, Raffaele Fitto, Cristian Ghinea, Mircea-Gheorghe Hava, Krzysztof Hetman, Manolis Kefalogiannis, Ondřej Knotek, Constanze Krehl, Elżbieta Kruk, Naomi Long, Cristina Maestre Martín De Almagro, Pedro Marques, Martina Michels, Anđelika Anna Mozdżanowska, Andrey Novakov, Younous Omarjee, Alessandro Panza, Tsvetelina Penkova, Caroline Roose, André Rougé, Susana Solís Pérez, Monika Vana, Julie Ward
Suplentes presentes no momento da votação final	Ciarán Cuffe, Barbara Ann Gibson, Tomislav Sokol, Maria Spyraiki

VOTAÇÃO NOMINAL FINAL NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

38	+
ECR	Raffaele Fitto, Elzbieta Kruk, Andželika Anna Mozdżanowska
GUE/NGL	Martina Michels, Younous Omarjee
ID	Mathilde Androuët, Francesca Donato, Alessandro Panza, André Rougé
NI	Rosa D'Amato
PPE	Pascal Arimont, Isabel Benjumea Benjumea, Tom Berendsen, Franc Bogovič, Mircea-Gheorghe Hava, Krzysztof Hetman, Manolis Kefalogiannis, Andrey Novakov, Tomislav Sokol, Maria Spyrali
RENEW	Stéphane Bijoux, Cristian Ghinea, Barbara Ann Gibson, Ondřej Knotek, Naomi Long, Susana Solís Pérez
S&D	Adrian-Dragoş Benea, Andrea Cozzolino, Corina Creţu, Constanze Krehl, Cristina Maestre Martín De Almagro, Pedro Marques, Tsvetelina Penkova, Julie Ward
VERTS/ALE	Ciarán Cuffe, Jill Evans, Caroline Roose, Monika Vana

0	-

1	0
PPE	Tamás Deutsch

Legenda dos símbolos:

+ : votos a favor

- : votos contra

0 : abstenções